



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

**INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA REFLEXÃO
SOBRE O PROJETO DE DUPLICAÇÃO AVENIDA PERIMETRAL**

Izabel Cristina Araújo¹
Samaria da Silva Pereira²
Roselene de Souza Portela³

O presente artigo visa refletir acerca da formulação e implementação de projetos urbanos, trazendo a discussão sobre os impactos socioambientais na vida da população.

O estudo foi conduzido pelo método dialético, enfocando o processo de planejamento e gestão da política urbana e a dinâmica dos atores sociais, percebendo suas contradições.

Os procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica, documental, levantamento de dados por meio do mapeamento. A construção do mapa baseia-se numa metodologia participativa, na qual os próprios sujeitos coletivos, que vivenciam os impactos negativos, identificam os conflitos e constroem o mapeamento.

Nesse contexto, observa-se que os múltiplos problemas socioambientais urbanos estão diretamente relacionados com o modelo de planejamento urbano adotado pelo Estado, reforçando a lógica do capital financeiro e da especulação imobiliária, a exemplo disso, tem-se o Projeto de duplicação de infraestrutura física e social e pavimentação da Avenida Perimetral. Tal projeto abrange os bairros da Terra Firme e Marco, que serve como via de escoamento e também de mobilidade urbana em Belém (PA).

Como resultado do mapeamento, estão os seguintes problemas socioambientais: impactos nas estruturas nas moradias, remoções de locais de trabalho, desapropriações e

¹ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, estagiária do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Membro do Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM). E-mail: <Izabelaraujocristina@gmail.com>.

² Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, bolsista de extensão do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e membro do Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM). E-mail: <samariasilva@yahoo.com.br>.

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental e professora da Faculdade de Serviço Social, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Programa de Apoio à Reforma Urbana e membro do Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM). E-mail: <roselene@ufpa.br>.

indenizações injustas, falta de rede de esgoto, falta de equipamentos comunitários, irregularidade fundiária, entre outros.

Conclui-se que o Estado atua nessas áreas, reforçando a concentração das áreas mais valorizadas, pressupondo uma segregação induzida ou imposta. Assim, é necessário repensar a forma de gestão dos projetos urbanos, pois a racionalidade do planejamento herdada do modernismo deve dar lugar às concepções democráticas, visando garantir o direito à moradia digna, a participação popular, valorizando os aspectos culturais, laços de vizinhança, transporte urbano de qualidade, acessibilidade, e infraestrutura adequada à toda a população.